

Redução de horário para 35 horas, semana de quatro dias, mais custos no despedimento: as contrapropostas da UGT

Num documento chamado “Trabalho com direitos XXI” a UGT reitera as linhas vermelhas e apresenta ao Governo propostas que passam pela redução do período normal de trabalho para 35 horas, pela concentração do trabalho em quatro dias para trabalhadores com filhos, pelos 25 dias de férias, ou pela reposição das compensações por despedimento para valores pré troika.



As propostas da central sindical liderada por Mário Mourão já foram entregues ao Governo.

Miguel Baltazar

Catarina Almeida Pereira

SEGUIR

16:28

A negociação parte de perspetivas muito distantes, mas a **UGT responde ao desafio do Governo para um eventual acordo com contrapropostas que passam pela redução do período normal de trabalho para 35 horas, pela facilitação da implementação da semana de quatro dias para trabalhadores com filhos, pelo aumento dos dias mínimos de férias para 25 ou pela reposição dos valores das compensações por despedimento que existiam antes do programa de ajustamento da troika.**

Num documento chamado “**Trabalho com direitos XXI**”, numa alusão ao nome dado pelo Governo ao anteprojeto de julho (“Trabalho XXI”), a UGT começa por reiterar que “**tem linhas vermelhas em matérias como o banco de horas, a contratação a termo, os despedimentos, o ‘outsourcing’, a transmissão de estabelecimento, o trabalho não declarado, a negociação coletiva, a greve ou a atividade sindical na empresa**”.

Depois, o documento a que o Negócios teve acesso apresenta uma série de contrapropostas de alterações ao Código do Trabalho que passam por exemplo **por fixar o período normal de trabalho semanal máximo nas 7 horas por dia e 35 horas por semana**, em vez das 8 horas por dia e das 40 horas por semana atualmente em vigor no setor privado.

Além de propor a negociação da jornada contínua à qual o Governo tinha aberto a porta, o documento introduz um novo artigo no Código do Trabalho que procura consagrar o **direito à semana de quatro dias** (quando esta era de cinco) **a trabalhadores com filhos até doze anos** ou, independentemente da idade, com deficiência, doença crónica ou doença oncológica, bem como a avós com netos a cargo ou a trabalhadores-estudantes.

No âmbito da proposta que pretende limitar o período normal de trabalho a 35 horas por semana, esta proposta de artigo indica que uma (nova) redução do período normal de trabalho fica dependente de acordo entre o empregador e o trabalhador. E admite, em todo o caso, que os quatro dias sejam conseguidos **através de uma espécie de horário concentrado**, ao estabelecer que da redução da semana de trabalho "não pode resultar um aumento do período normal de trabalho diário superior a duas horas".

No caso das férias, depois de o Governo ter proposto a recuperação dos 25 dias mas em função da assiduidade, o que pode descontar diversos tipos de faltas, a UGT propõe antes que **o período mínimo de férias seja de 25 dias úteis**, sendo reduzido em até três dias mas apenas se as faltas forem injustificadas.

Recuperação das compensações por despedimento e das horas extra

A UGT propõe que **as compensações por despedimento sejam aumentadas para um mês por ano trabalhado**, com um mínimo de três meses, numa formulação que parece querer recuperar os montantes que existiam antes do programa de ajustamento da troika. Os valores relativos aos contratos a prazo também são aumentados, para 45 dias.

O mesmo acontece no caso do trabalho suplementar, com **a UGT a propor a recuperação do pagamento adicional de 50% na primeira hora, 75% nas seguintes, e 100% em dia de descanso semanal ou feriado**. Atualmente, estas percentagens só se aplicam a partir das 100 horas por ano, mas a ideia é que voltem a aplicar-se desde a primeira hora de trabalho suplementar.

O documento que já chegou às mãos da ministra do Trabalho, Rosário Palma Ramalho, "**não pretende ser exaustivo e esgotar as matérias que poderão vir a ser objeto de discussão**", indica a UGT, sinalizando que poderá ao longo do processo colocar em cima da mesa outras propostas.

Notícia em atualização

Obrigado por apoiar o nosso jornalismo.

No Negócios temos como missão disponibilizar informação económica fiável, atual e relevante. E se a batalha pela relevância é uma responsabilidade que nos cabe, no novo enquadramento do setor a capacidade de continuarmos a desempenhar o nosso papel depende cada vez mais do investimento do leitor. Agradecemos a sua confiança. Vamos continuar a trabalhar para a merecer.

C•STUDIO

PT Carbon Link define futuro do setor do cimento

Delta e Microsoft: as mais reputadas

Certificados de Aforro: escolhas financeiras fazem a diferença

ALERTA. Cândido Costa e "os anjos" sob suspeita numa missão secreta ligada ao Troféu Original do Campeonato do Mundo da FIFA

As séries de sucesso regressam (e há uma coleção exclusiva)